



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 027- PMNT

Pregão nº 9/2018 - 006 PMNT-PP-SRP

Ata srp nº 034/2018

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA- PA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.149.125/0001-00, com sede na Av. Barão do Rio Branco, Nº 2312 – Centro, NOVA TIMBOTEUA– Pará – Brasil – CEP: 68.730 - 000, representada legalmente pelo excelentíssimo Prefeito Municipal **Sra. Claudia do Socorro Pinheiro Neto**, brasileira, residente e domiciliada em NOVA TIMBOTEUA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. 9/2018 006 PMNT-PP-SRP**, publicada no DOU do Dia 05/03/2018. RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Materiais de Expediente para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos conforme o Anexo II do Edital de Registro de Preço nº 9/2018 - 006 PMNT-PP-SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo VII - A, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



CLÁUSULA TERCEIRA

DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 – Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

- a) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 – Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 – Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 – A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

3.5.1 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte



interessada;

- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.4 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de NOVA TIMBOTEUA, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos **Materiais de Expediente**; adquiridos, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta do contratado.



5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7 – A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

5.8 – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

CLÁUSULA SEXTA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (Doze) meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanorógrafo da Prefeitura Municipal.

6.2 – O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento (Anexo VIII), e como termo final o recebimento definitivo dos Materiais de Expediente pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento do ano em curso.

CLÁUSULA OITAVA

DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 – Quando houver necessidade de Contratação de Pessoa Jurídica no fornecimento de Materiais de Expediente por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 – Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer



Materiais de Expediente ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA

DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTAVEIS

9.1 – A entrega deverá ser realizada 03 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento em sua totalidade no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Nova Timboteua.

9.2 – A entrega deverá ser realizada no horário de expediente da Prefeitura Municipal das 8:00hs às 13:00hs.

9.3 – A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento do Materiais de Expediente, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os Materiais de Expediente de acordo com as condições e prazos propostos e fornece - los dentro do período da validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

- a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) definir o local para entrega dos Materiais de Expediente adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos Materiais de Expediente adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:



11.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Prefeito Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.



§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Prefeito Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

11.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

11.4 – Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA RESCISÃO

A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DOS ADITAMENTOS

A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretaria Municipal de Administração, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

Fica eleito o foro de NOVA TIMBOTEUA- PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

NOVA TIMBOTEUA, 06 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
CONTRATANTE

REAL BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP;
C.N.P.J. nº 26.481.685/0001-29
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome:

CPF

2 _____

Nome:

CP



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
C.N.P.J. 05.149.125/0001-00



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 034/2018, celebrada entre a Prefeitura Municipal de NOVA TIMBOTEUA e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão Presencial 9/2018 - 006 PMNT-PP-SRP.

RELAÇÃO DOS ITENS

Empresa: REAL BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP; C.N.P.J. nº 26.481.685/0001-29, estabelecida à AL. LIBERDADE, 124, CAIÇARA, Castanhal PA, representada neste ato pelo Sr(a). RODRIGO DOS SANTOS NOGUEIRA, C.P.F. nº 875.485.932-87, R.G. nº 5233967 SSP PA.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL				
00005	ALMOFADA P/CARIMBO EM ESPUMA NA COR PRETA - Marca.	UNIDADE	300.00	2,270
681,00				
	: JAPAN			
00006	APAGADOR P/QUADRO BRANCO CORPO FEITO DE PLÁSTICO C	UNIDADE	400.00	3,750
1.500,00				
	OM BASE DE FELTRO - Marca.: JAPAN			
00011	BLOCO AUTO ADESIVO PARA RECADO 76X102, BLOCO COM 10	PACOTE	400.00	2,250
900,00				
	OFLS - Marca.: BRW			
00012	BLOCO AUTO ADESIVO P/RECADO PACOTE COM 04 BLOCOS D	PACOTE	400.00	3,100
1.240,00				
	E 100FLS DE 51X38MM NEON VERDE - Marca.: BRW			
00014	BOLSA ESCOLAR CAPACIDADE 20 LITROS - Marca.: RB	UNIDADE	3,000.00	34,000
102.000,00				
00022	CAIXA ARQUIVO DESMONTÁVEL FABRICADA EM PLÁSTICO PO	UNIDADE	2,000.00	3,500
7.000,00				
	LIONDA C/ÁREAS PICOTADAS - Marca.: POLIBRAS			
00023	CAIXA DE ARQUIVO MORTO EM POLIPROPILENO CORRUGADO	UNIDADE	2,000.00	3,490
6.980,00				
	(360X250X135)MM - Marca.: POLIBRAS			
00024	CALCULADORA SIMPLES FUNÇÕES 12 DÍGITOS CORREÇÃO TO	UNIDADE	200.00	12,000
2.400,00				
	TAL E PARCIAL - Marca.: BRW			
00025	CANETA ESFEROGRÁFICA C/ TINTA NA COR AZUL CORPO IN	CAIXA	1,000.00	27,000
27.000,00				
	TEIRO C/ ESCRITA GROSSA - Marca.: BIC			
00026	CANETA ESFEROGRÁFICA C/ TINTA NA COR PRETA C/ ESCR	CAIXA	1,000.00	27,000
27.000,00				
	ITA GROSSA - Marca.: BIC			
00027	CANETA ESFEROGRÁFICA C/ TINTA NA COR VERMELHA C/ES	CAIXA	1,000.00	27,000
27.000,00				
	CRITA GROSSA - Marca.: BIC			
00030	CANETA MARCA TEXTO C/TINTA FLORESCENTE NA COR AMAR	CAIXA	400.00	11,300
4.520,00				
	ELA - Marca.: JOCAR			
00033	CLASSIFICADOR COM FERRAGENS A4 KRAFT PACK - Marca.	UNIDADE	2,000.00	1,600
3.200,00				
	: FRAMA			
00034	CLIPES 1/0 PEQUENO P/PAPEL FABRICADO EM ARAME DE A	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	ÇO - Marca.: BRW			
00035	CLIPES 2/0 PEQUENO PARA PAPEL FABRICADO EM ARAME D	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	E AÇO - Marca.: BRW			
00036	CLIPES 3/0 PEQUENO P/PAPEL FABRICADO EM ARAME DE A	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	ÇO - Marca.: BRW			
00037	CLIPES 4/0 PEQUENO P/PAPEL FABRICADO EM ARAME DE A	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	ÇO - Marca.: BRW			
00038	CLIPES 6/0 PEQUENO P/PAPEL FABRICADO EM ARAME DE A	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	ÇO - Marca.: BRW			
00039	CLIPES 8/0 PEQUENO P/PAPEL FABRICADO EM ARAME DE A	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00				
	ÇO - Marca.: BRW			



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
C.N.P.J. 05.149.125/0001-00



00040	COLA BRANCA LÍQUIDA LAVÁVEL C/SECAGEM RÁPIDA NÃO A	UNIDADE	2,000.00	1,300
2.600,00	TÓXICA NÃO INFLAMÁVEL - Marca.: BAMBINI			
00041	COLA DE ISOPOR C/SECAGEM RÁPIDA NÃO TÓXICA - Marca	UNIDADE	2,000.00	2,250
4.500,00	.: BAMBINI			
00047	COLA BASTÃO P/USO ESCOLAR/ESCRITÓRIO A BASE DE ÁGU	UNIDADE	600.00	0,900
540,00	A LAVÁVEL ATÓXICA - Marca.: BRW			
00049	ESTILETE GRANDE ALTURA 20CM LARGURA 10CM PROFUNDID	UNIDADE	1,000.00	1,400
1.400,00	ADE 2CM - Marca.: JOCAR			
00050	ESTILETE PEQUENO ALTURA 20CM LARGURA 5CM - Marca.:	UNIDADE	1,000.00	0,830
830,00	JOCAR			
00051	EXTRATOR DE GRAMPO EM AÇO INOX TIPO ESPÁTULA - Mar	UNIDADE	600.00	1,150
690,00	ca.: JAPAN			
00053	FITA ADESIVA DE PAPELARIA CREPE MEDINDO 12MM - Mar	UNIDADE	400.00	1,250
500,00	ca.: BRW			
00054	FITA ADESIVA DE PAPELARIA CREPE MEDINDO 40MM - Mar	UNIDADE	600.00	5,500
3.300,00	ca.: ADELBRAS			
00058	GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA PLÁSTICO ESTRUTURA INTERN	UNIDADE	200.00	7,700
1.540,00	A EM AÇO INOXIDÁVEL - Marca.: JOCAR			
00060	GRAMPO FIXA PAPEL TRILHO PLÁSTICO ESTENDIDO BRANCO	PACOTE	1,000.00	7,650
7.650,00	P/600 FOLHAS - Marca.: BRW			
00061	GRAMPO FIXA PAPEL TRILHO MEDINDO 80MM EM CHAPA DE	CAIXA	1,000.00	8,400
8.400,00	AÇO METÁLICO - Marca.: JOCAR			
00063	GRAMPO P/GRAMPEADOR MODELO 26/6 EM AÇO GALVANIZADO	CAIXA	1,000.00	1,000
1.000,00	RESISTENTE A OXIDAÇÃO - Marca.: BRW			
00065	LÁPIS DE COR COM 12 CORES VIVAS E INTENSAS FEITO D	CAIXA	2,000.00	1,800
3.600,00	E MATERIAL NÃO TÓXICO - Marca.: JOCAR			
00066	LÁPIS CORPO EM MADEIRA NA COR VERDE ENVERNIZADA NO	CAIXA	400.00	27,200
10.880,00	FORMATO SEXTAVADO - Marca.: JOCAR			
00068	LIVRO ATA C/100FLS CAPA DURA C/LOMBADA QUADRADA CO	UNIDADE	400.00	7,700
3.080,00	R PRETA - Marca.: S. DOMINGOS			
00069	LIVRO DE ATA FORMATO 205 X 297MM VERTICAL CAPA PRE	UNIDADE	400.00	16,800
6.720,00	TA DURA 200 FOLHAS - Marca.: S. DOMINGOS			
00070	LIVRO DE PONTO MENSAL MEDINDO 220X320MM COM 100 FO	UNIDADE	400.00	9,950
3.980,00	LHAS - Marca.: S. DOMINGOS			
00072	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO TINTA A BASE DE ÁLCOOL N	UNIDADE	4,000.00	1,590
6.360,00	A COR VARIÁVEL - Marca.: JOCAR			
00073	MASSA DE MODELAR COMPOSIÇÃO BÁSICA CERAS, PIGMENTO	CAIXA	1,000.00	1,800
1.800,00	S ORGÂNICOS COM 12 UNIDADES - Marca.: JOCAR			
00087	PASTA A4 C/12 DIVISÓRIAS PLÁSTICAS CORES VARIADAS	UNIDADE	400.00	10,750
4.300,00	- Marca.: POLIBRAS			
00091	PASTA COM ABA E PLÁSTICA - Marca.: POLIBRAS	UNIDADE	6,000.00	1,350
8.100,00	PAU PARA PICOLÉ FEITO DE BAMBU RESISTENTES E DE ÓT	PACOTE	10,000.00	0,850
8.500,00	IMA QUALIDADE - Marca.: THEOTO			
00098	PINCEL ATÔMICO COR AZUL COM PONTA DE FELTRO REDOND	CAIXA	200.00	16,000
3.200,00	A TIPO RECARREGÁVEL - Marca.: JOCAR			
00099	PINCEL ATÔMICO COR PRETA C/PONTA DE FELTRO REDONDA	CAIXA	200.00	16,000
3.200,00	TIPO RECARREGÁVEL - Marca.: JOCAR			
00100	PINCEL ATÔMICO NA COR VERMELHO COM PONTA DE FELTRO	CAIXA	200.00	16,000
3.200,00	REDONDA TIPO RECARREGÁVEL - Marca.: JOCAR			
00109	TESOURA ESCOLAR S/PONTA CABO EMBORRACHADO 14CM - M	UNIDADE	4,000.00	0,950
3.800,00	arca.: JOCAR			
00110	TESOURA GRANDE LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL CABO EMBO	UNIDADE	100.00	4,500
450,00	RRACHADO ANTI DERRAPANTE - Marca.: BRW			
00111	TINTA P/CARIMBO E P/AUTO ENTINTADO 40 COR AZUL - M	UNIDADE	400.00	4,600
1.840,00	arca.: JAPAN			
00112	TINTA P/CARIMBO E P/AUTO ENTINTADO 40 COR PRETO -	UNIDADE	400.00	4,600
1.840,00				



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

C.N.P.J. 05.149.125/0001-00



Marca.: JAPAN

R\$ 330.021,00

VALOR TOTAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
CONTRATANTE**

**REAL BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP;
C.N.P.J. nº 26.481.685/0001-29
CONTRATADO**